

ESTAGNAÇÃO E PERVERSIDADE NA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA

Resenha crítica da tese estagnacionista furtadiana e de sua réplica

Resumo

Um dos bastiões do *desenvolvimentismo* a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi uma das grandes protagonistas do esteio intelectual que auxiliou o suporte do intenso processo de industrialização latino-americana ocorrido entre as décadas de quarenta e setenta. Destaca-se dentre os integrantes da comissão em seus primeiros anos, que notabilizaram a mesma, o economista brasileiro Celso Furtado.

Ao fim da década de cinqüenta, quando o Brasil encerrava seu primeiro ciclo de industrialização pesada pelo “Plano de Metas” de Juscelino Kubistchek, uma poderosa crise cíclica abateu-se sobre o conjunto das economias latino-americanas recém-industrializadas. O Brasil sentiu ainda a crise culminar numa profunda crise política que solapou sua democracia. A crise também evidenciou a permanência, e mesmo o aprofundamento, de mazelas sociais, dentre as quais se destaca a piora dos índices de distribuição de renda. Aliando ambas as crises (econômica e social) ao seu arcabouço teórico, Celso Furtado irá elaborar uma tese que previa **estagnação** econômica pela razão primeira da concentração de renda.

Como resposta à interpretação “*estagnacionista*” de Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra - representantes de uma nova geração de intelectuais atuantes na CEPAL – irão escrever “Além da Estagnação”, um artigo voltado a refutar as idéias do economista, assim como de explanar as características do chamado “*modelo brasileiro*” de desenvolvimento, que não apenas conciliava a deterioração das condições sociais ao dinamismo econômico, como fazia que o último “se alimentasse” da desigualdade, da pobreza e do autoritarismo e atuação classista do Estado.

O objetivo deste ensaio consiste em apresentar ambas as teorias e fazer um balanço crítico das mesmas. Como conclusão, propomos uma interpretação que vislumbre as influências dadas tanto pelo momento histórico quando as teses são elaboradas, assim como de certos pressupostos teóricos dos quais os autores partem que promovem as distintas leituras. Qual seja: a idéia de necessária convergência entre os “interesses do capital” e os “interesses sociais”, subjacente nas análises de Furtado, e ausente na outra corrente em tela.

Palavras-chave: *distribuição de renda, crescimento econômico, CEPAL.*

PERVERITY AND STAGNATION IN THE BRAZILIAN POLITICAL ECONOMY

Critical review of furtadian's stagnationist thesis and this replica

Abstract

One of the bastions of *developmentalism* the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) was one of the great protagonists of the intellectual prop that support the intense process of industrialization of the Latin America occurred between the decades of forty and seventy. It stands out among the members of the committee in its early years, which brought fame to it, the Brazilian economist Celso Furtado.

At the end of the fifties, when Brazil finished their first round of heavy industrialization by the "Goals Plan" of Juscelino Kubitschek, a powerful cyclical crisis fell upon the combined newly industrialized economies of Latin American. Brazil has also felt the crisis, culminating in a deep political crisis that undermined their democracy. The crisis also highlighted the persistence, and even deepening of social ills, among which highlights the worsening of income distribution rates. Combining both crises (economic and social) to its theoretical framework, Celso Furtado created a thesis who predicted economic stagnation by the reason of the income concentration.

In reply to the Furtado's "stagnationist" interpretation, Maria da Conceição Tavares and Jose Serra - representatives of a new generation of scholars working in the CEPAL - will write "Além da Estagnação", an article aimed to refute the ideas of the economist, as well to explain the characteristics of the "Brazilian model" of development, who not only reconciled the deteriorating of the social conditions and the economic dynamics, as did the last "was fed" by the inequality, poverty and authoritarianism and class performance of the State.

The aim of this paper is to present both theories and make a critical assessment of them. In conclusion, we propose an interpretation who glimpse the influences that was give, in either, by the historical moment when the theories are developed, as well for certain theoretical assumptions from which the authors started, which promote the different readings. Namely: the idea of necessary convergence between the "interests of capital" and the "social interests", that was subjacent in the analysis of Furtado, and is missing in the other current in screen.

Keywords: *income distribution, economic growth, ECLAC.*

ESTAGNAÇÃO E PERVERSIDADE NA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA

Resenha crítica da teoria estagnacionista furtadiana e sua réplica

Guilherme A. ASTOLPHI DE AGUIAR

Universidade Estadual Paulista – UNESP / Marília

astolphiaguiar@gmail.com

Introdução

A CEPAL se constitui como grande bastião de um novo pensamento social latino-americano que buscará reorientar o “interesse nacional” periférico em direção de transformações estruturais que lograssem internalizar, aceleradamente, o núcleo dinâmico de suas economias, com base em projetos “conscientemente” (ou seja, não afiançados na “razão de mercado”, na “mão invisível” smithiana) orientados à *industrialização*. Amparando um incipiente processo já em curso, a CEPAL - conjuntamente a outros organismos de pendor *desenvolvimentista* como a FIESP de Roberto Simonsen (pioneiro do desenvolvimentismo industrialista brasileiro) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado já nos anos 50 por iniciativa governamental – ajudará a compor o estofamento ideológico necessário à profunda transformação que no espaço de quase três décadas (entre 1930 e 1960, praticamente) deslocará o Brasil de peça agrária do sistema internacional de divisão do trabalho, em uma nação unificada, urbana e composta de um arcabouço econômico de dinâmica predominantemente industrial.

Na CEPAL, Celso Furtado atingirá grande notoriedade já em princípio da história da Comissão (meados da década de 40), que inclui a coautoria, junto a Raúl Prebisch, do famoso **Estudo Econômico da América Latina** [de 1948] (chamado por Albert Hirschman de “Manifesto Latino Americano”). Sua obra constitui uma das maiores peças do *desenvolvimentismo cepalino* que alcançou forte influência em políticas econômicas reitoras da industrialização latino-americana. Porém o fragmento de sua extensa obra que será estudado neste ensaio consiste numa produção que, já em princípios da década de 60, configura-se como um momento de reflexão (mesmo certa desilusão) acerca do processo de industrialização transcorrido anos atrás. O artigo cá analisado compõe uma síntese de sua fase “*estagnacionista*”, que alcançou forte apelo em princípios da década de 60. Nele está imposta uma visão crítica dos resultados da industrialização *de facto*, e uma expectativa duramente

pessimista sobre suas possibilidades. Tal interpretação ampara-se intimamente em pressupostos teóricos do *estruturalismo* qual o autor se filia originariamente.

Dentre novos quadros da CEPAL, pertencendo a uma “nova geração” de pensadores, amadurecidos - ou mesmo formados - na própria comissão (que se destacam já em finais de 50, princípio de 60), Maria da Conceição Tavares e José Serra desmentirão a teoria *estagnacionista* de Furtado, e irão demonstrar que, se é correto abraçar um panorama pessimista com relação às características sociais do modelo econômico surgido, o mesmo não pode ser dito acerca de sua dinâmica econômica: o “modelo” é perverso. De péssimo desempenho social, mas extremamente eficiente na reprodução e remuneração do capital. A réplica evidencia, além do mais, limitações iminentes ao então já defasado *estruturalismo* que Furtado abraçava naquela época.

Esta vertente deixa implícita certa “inevitabilidade” da instituição do “modelo”, dando poucas condições para pensar que o estabelecimento do mesmo tenha se dado como *opção*. Como opção das elites frente à crescente pressão das massas trabalhadoras que vinham ampliando suas margens de importância e participação política conforme o desenvolvimento econômico avançava a urbanização, a renda, a demolição gradativa de bases de dominação tradicionais, a consciência de classe; fortalecendo anseios de reformas profundas que implicariam num corte na carne desta elite que, para defender-se, buscou a associação com o capital internacional e jogou às massas o ônus das transformações. “Vendendo” esta própria como aquilo que lhes cabe como “direito”. Uma elite que, em suma, abdicou de sua proeminência num processo revolucionário para acomodar-se num sistema destinado ao aprofundamento de sua própria dependência.

Neste trabalho exporemos a polêmica travada entre estas duas visões, analisando ambas as teorias: primeiro a teoria estagnacionista de Furtado e logo após a hipótese do “modelo brasileiro”. Ao fim, estenderemos algumas conclusões.

Estagnação

Poderíamos dizer que o texto de Celso Furtado, **Desarrollo y estancamiento em América Latina (enfoque estruturalista)** (1966) é considerado um dos mais importantes, senão o mais importante, da vertente “*estagnacionista*” que ganhou relevância na economia política latino-americana na segunda década de 1960.

Linha 5 – História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

Neste artigo Furtado irá delinear esquematicamente os fatores estruturais da maior parte das economias latino-americanas que, segundo ele, determinariam uma tendência à estagnação e às pressões inflacionárias (apesar deste segundo item ser tangenciado pela análise). Em resumo, estes fatores estão ligados à concentração de renda e a heterogeneidade estrutural. Furtado irá dar especial importância à configuração do mercado interno, de como a concentração de renda engendrou modificações consideráveis na estrutura deste e criou uma demanda insuficientemente dinâmica para o carro-chefe das economias no período “pós-substituição de importações”: as indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

Como esperado de uma análise de Furtado, o artigo não irá se imiscuir de fazer uma boa exposição do processo histórico formador das estruturas econômicas latino-americanas. Outros trabalhos do autor são mais ricos e detalhados, certamente, porém estas passagens introdutórias são fundamentais para que tenhamos em mente certas características peculiares da estrutura econômica local. Furtado, por exemplo, irá perceber que no processo colonizador latino-americano - onde empresas coloniais foram implantadas para fins de exploração de produtos primários, almejando saciar a demanda das metrópoles - culminou por gerar uma díade de elites dominantes: por um lado uma aristocracia de senhores de terras, mais conservadores e ligados diretamente com a metrópole, e uma elite urbana composta de empresários e comerciantes. Esses últimos, por sua vez, mais independentes frente aos interesses das metrópoles colonizadoras:

El proceso de colonización se traducía en la creación de una cadena de núcleos urbanos de dimensión y significación variables que constituían la estructura básica del poder político y de la organización administrativa. Junto a esta rígida estructura administrativa, responsable de la defensa de los intereses de la metrópoli, se formaba un sistema económico altamente descentralizado, bajo la dirección de una clase de señores con prerrogativas semif feudales. En aquellas regiones en las que el control de la metrópoli fue menos rígido se desarrollaron actividades comerciales sobre la base del contrabando, las que posibilitaron la formación de un grupo social urbano con cierto poder económico. Un fenómeno similar ocurrió allí donde se pudo ejercer una actividad altamente lucrativa fuera del control de la clase de propietarios de la tierra, como en el caso de la minería aluvional de oro en el Brasil. Lo que interesa destacar es que tales actividades lucrativas, ejercidas fuera del control de los señores de la tierra, estaban vinculadas a los núcleos urbanos y eran dirigidas por hombres cuya lealtad al poder metropolitano era mucho menos rígida. De esa forma, a través del proceso de colonización se fue formando una clase dirigente constituida por dos grupos de intereses distintos pero no necesariamente antagónicos. Por un lado, estaba el grupo de señores de la tierra con amplios poderes sobre los núcleos de población que habitaban sus dominios; por otro lado, estaban aquellos elementos cuya riqueza derivaba del comercio y de otras actividades de carácter esencialmente urbano. La confrontación permanente entre "conservadores" y "liberales" que se prolonga durante todo el primer siglo de la independencia política, traduce de algún modo esta dicotomía de actividades de la clase dirigente formada en el período colonial. (Furtado, 1966, pp.2-3)

À elite urbana de inclinações “schumpeterianas”, Furtado irá atribuir o ímpeto de integração das economias latino-americanas no cenário mundial. Serão estes “empresários”

que irão financiar as grandes empresas de mineração, e mais tarde, no Brasil, as plantações de café. Serão estes que financiarão a vinda de escravos, e após o fim da escravidão irão promover a importação de trabalho assalariado através da política de imigração maciça de trabalhadores europeus (italianos, alemães, russos, portugueses, espanhóis, etc.) e asiáticos (japoneses, em sua grande maioria). Com as crises econômicas que romperam com o esquema de divisão internacional do trabalho, será esta elite que irá dar vez ao processo de industrialização.

É importante ter em mente a importância desta elite urbana no processo de expansão e transformação do setor exportador, pois serão eles os principais beneficiários do crescimento deste setor. A percepção da relevância desta classe de intermediários é ponto-chave para compreendermos a expansão das lavouras cafeeiras no Brasil, e a penetração do trabalho assalariado imigrante. A chegada desta leva de imigrantes e o excedente acumulado nas mãos destes “intermediários” irá ser fator determinante para a alteração dos padrões de consumo, o que abrirá caminho para que, ainda no período exportador-centrado, comece a ser gerado um acanhado parque manufatureiro direcionado a produção de bens de consumo voltados, principalmente, à parcela trabalhadora. Mais tarde, em razão dos constantes estrangulamentos externos, este irá transformar-se na base de instalação de indústrias de bens mais elaborados voltados a substituição de importações voltadas ao consumo das parcelas populacionais mais favorecidas¹.

Desta feita podemos distinguir entre as elites dois estratos diferenciados que explica por si, em termos, a heterogeneidade estrutural: por um lado uma elite “liberal” e arrojada, capaz de integrar-se ao cenário internacional, investindo e arriscando-se; por outro lado uma aristocracia agrária de caráter semi-feudal, que se concentra em modalidades “conservadoras” de investimento para a expansão de suas atividades: tal qual o incremento de sua produção pela mera ampliação de área plantada. Natural, portanto, que no momento em que o setor exportador agrícola perde sua posição de carro-chefe da economia, o determinante dos investimentos penda às mãos desta elite urbana, que por sua vez irá coordenar o afluxo para a satisfação de seus interesses, relegando o campo à inércia da aristocracia agrária. O que redundou num descompasso entre a penetração do progresso técnico entre estes dois setores.

Como já aludido, o setor agrário estruturou-se num esquema semi-feudal onde os trabalhadores passavam, por assim dizer, parte de seu tempo trabalhando “para si” (produção

¹ Sobre a importância dos “intermediários” na expansão da cafeicultura, vide a importante obra de João Manuel Cardoso de Mello, **Capitalismo Tardio** (1998). Para uma boa e atualizada descrição do poder político amealhado por esta classe, e seus conflitos com a classe agrária, vide obra de Renato M. Perissinotto, **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**, (1994).

Linha 5 – História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

de víveres), e parte para o proprietário de terras. Gera-se assim, a princípio, dois setores: um setor pré-capitalista voltado à produção de subsistência, que concentra a maior parte da população; e um setor exportador, com sua renda dominada pela classe proprietária. Desta forma o nível de vida da população trabalhadora passa a ser regulada pela produção deste setor pré-capitalista, o que engendra um esquema onde uma pequena parcela da população concentra grande parte da renda:

Observando el problema desde otro ángulo: el control de la tierra por una pequeña minoría, en condiciones de economía precapitalista, capacita a esta minoría para recaudar un tributo de todo aquel que trabaja tierras beneficiadas por economías externas. Encarado el problema desde el punto de vista de sus consecuencias sociales, se comprueba que tal organización económica engendra un sistema de distribución del ingreso por el cual una parte sustancial de éste (de 50 a 60 por ciento) se concentra en manos de una minoría que difícilmente alcanza el 5 % de la población. (p.9)

Em situações-limite, onde a classe senhorial foi abolida e ocorreu redistribuição da propriedade fundiária, o nível de vida da população experimentou relativo incremento. Relativo, pois apesar dos trabalhadores poderem passar a dedicar mais tempo à produção voltada ao próprio consumo, disto implicou na decadência da atividade comercial e no retrocesso no processo de divisão social do trabalho:

Mientras que en sus relaciones con el propietario de la tierra el trabajador no tenía otra alternativa que entregar gran parte de lo que producía, ahora puede optar por reducir la parte comerciable de su producción agrícola –produciendo más para autoconsumo- y dedicándose a actividades artesanales no agrícolas, mejorando su vivienda, etcétera. Diversificando la producción para consumo propio se defenderá del manejo de precios por parte de los intermediarios. Para el conjunto de la economía, la consecuencia será una relativa decadencia de la actividad comercial y un retroceso en los patrones de división social del trabajo. No obstante, esto no impedirá la elevación del nivel de vida de la población campesina. (*Ibidem*)

A forma de estruturação do setor pré-capitalista é fundamental para compreendermos a dinâmica do crescimento do setor exportador. Este irá gerar-se às margens desta economia pré-capitalista; o padrão de vida e, conseqüentemente, a remuneração dos trabalhadores será determinado por este setor, que passa a conviver com o novo setor produtor de commodities. Assim sendo, os países quais mantiveram uma estrutura agrária baseada na grande propriedade de terras lograram maior êxito na instalação do setor exportador, uma vez que nestes foi possível estabelecer este setor com base numa oferta infinitamente elástica de terras e mão-de-obra a baixíssimos valores.

Al fijar una tasa de salario superior a la remuneración que el trabajador obtenía en la agricultura precapitalista, el sector exportador se aseguraba una oferta totalmente elástica de mano de obra. En

Linha 5 – História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

efecto, la vieja agricultura funcionaba como reserva de mano de obra; mientras no se agotara esa reserva, el sector exportador gozaba de una oferta ilimitada del factor trabajo a un nivel de salarios definido básicamente por las condiciones de vida que predominaban en los dominios semif feudales. En el caso de un país cuyo nivel de vida en el ámbito de la economía precapitalista es relativamente elevado, como sucede donde las tierras son de buena calidad y el trabajador no paga renta -caso citado de las regiones de antigua colonización en el Paraguay- el desarrollo de una agricultura de exportación se enfrentó con serios obstáculos. (p. 11)

A expansão do setor exportador se dá com uma quantidade relativamente pequena de investimentos. Estes, em sua maioria, limitam-se a abertura de novas áreas de cultivo, compra de maquinarias simples e alguns poucos adiantamentos. Importante ressaltar que estes investimentos, em grande parte dos casos, foram financiados pela classe de intermediários - principalmente no caso das lavouras de café no Brasil (que exigiam um longo período de maturação de novas plantações e a necessidade de uma complexa e articulada estrutura de transporte). E havia a escassez de crédito que lançava os proprietários de terras à dependência dos empréstimos destes intermediários. Com isso é natural imaginarmos que a maior parte dos lucros deste setor seja apropriada por este estrato. Futuramente, num cenário de rarefação de oportunidades rentáveis de investimento nas atividades exportadoras tradicionais, será este estrato que ao buscar diversificar sua pauta de investimentos, vai mirar outros setores da economia - como o emergente setor industrial.

Com a existência deste setor pré-capitalista pressionando negativamente os salários dos trabalhadores, ocorre que os ganhos de produtividade do setor exportador não sejam distribuídos equitativamente. Trata-se de um modelo de crescimento econômico com bases na oferta infinitamente elástica de mão-de-obra.

De este modo, si consideramos el conjunto de la agricultura en la etapa de expansión de las exportaciones, comprobamos que la elevación de la productividad del trabajo y la elevación de la remuneración promedio del trabajador se dan paralelamente a la reducción de la participación de los salarios en el ingreso global del sector agrícola. Sin embargo, esa concentración del ingreso se hace en beneficio de los empresarios capitalistas y no de los terratenientes del sector semifeudal. (p. 14)

Retornando ao estudo da estrutura econômica do setor exportador, Furtado reparte-a em três setores: o setor de agricultura pré-capitalista, chamado *P1*; o setor exportador, *P2*; e o setor responsável pela expansão do setor *P2*, ou seja, o setor responsável pela realização dos investimentos voltados à expansão da capacidade produtiva do setor exportador, denominado *P3*. Conforme vai aumentando a demanda pelos produtos exportados, a tendência é que o setor *P3* venha a expandir-se, trazendo mão-de-obra de *P1*. Levando em conta que a produtividade do trabalhador é maior em *P2* e *P3*, a tendência é que enquanto cresçam as

exportações haja uma incorporação cada vez maior de mão-de-obra em setores mais produtivos. Desta feita há um aumento na relação produto/capital no conjunto da economia.

O setor *P3* exige uma quantidade de poupança prévia para ser tocado, simbolizado por *k*. Ou seja, nesta situação a inversão e a poupança se igualam *ex post*. Deste modo, o crescimento de *P3* representa o aumento de *k*, que, como não pode ser consumido ou exportado (pois se trata de atividade destinada exclusivamente ao incremento de *P2*), significa um aumento correspondente de poupança. Assim sendo, o crescimento de *P3* determina a expansão de *P2*, da produtividade do conjunto da economia ao carregar mão-de-obra de *P1* para os demais e da taxa de poupança. É possível, portanto, uma aceleração da taxa de crescimento com mínimas pressões inflacionárias.

A incorporação de mão-de-obra do setor pré-capitalista pode chegar a um nível de esgotamento dada a limitada dimensão deste, e então o mercado de trabalho quedaria unificado com o nível de salários sendo determinado não mais pelo nível de vida do setor semi-feudal. Neste ponto pode ocorrer a contratação de trabalho assalariado imigrante, com fins de contrabalançar a tendência de aumento do custo de mão-de-obra. A chegada do imigrante, por sua vez, acarreta numa alteração dos padrões de consumo das massas e novas posturas frente às relações de trabalho. Com isso torna-se impossível o retorno às formas semi-feudais de produção. Furtado exemplifica esta hipótese com o caso da Argentina e do Uruguai, países que, segundo ele, absorveram plenamente o setor pré-capitalista eliminando o dualismo estrutural próprio das economias subdesenvolvidas.

No caso brasileiro, com o decréscimo da atividade exportadora os setores *P2* e *P3* passaram a expulsar trabalhadores, que retornaram ao setor pré-capitalista *P1*. Com isso, no momento da industrialização haverá um forte dualismo estrutural que fará com que os salários industriais sejam determinados pelo nível de vida do setor pré-capitalista, e não por sua produtividade, reeditando o esquema concentrador de renda existente no período exportador, apesar de por outras formas.

Com as crises de superprodução e o fechamento dos mercados externos em função das crises internacionais, o setor exportador entra em colapso ocasionando fortes pressões nas balanças de pagamentos dos países produtores de produtos primários. Os governos tenderam a assumir políticas de compra de excedentes a fim de manter certa estabilidade nestes setores. E políticas de desvalorização cambial a fim, também, de combater os déficits em conta corrente. Ocorreu uma diminuição significativa na capacidade de importar.

Neste momento abre-se uma brecha para o desvio de inversões do setor exportador para o incipiente setor industrial preexistente, com fins de substituir as importações reprimidas.

Com isso os investimentos fluem em direção da exploração deste mercado, principiando pelos bens de consumo não-duráveis de pouco valor agregado - denominado setor *P4*.

O que ocorre neste momento é que as inversões neste setor exigem uma quantidade muito maior de capital por trabalhador do que no setor exportador, e necessita de uma quantidade ainda maior de poupança prévia, ao contrário do setor exportador onde esta era necessária apenas para a expansão de suas atividades. Num primeiro momento isto é driblado pelas altas taxas de lucro proporcionadas pela atividade industrial. Mas a relação produto/capital no setor industrial é menor do que a do setor exportador, e assim sendo, a taxa de poupança necessária para a manutenção do ritmo de crescimento só conseguiria manter-se no momento em que há uma rápida elevação na taxa de lucro. Entretanto trata-se de um setor que produz para um mercado pouco dinâmico, pois dependente de um estrato gerado pela concentração de renda – que tende a agravar-se. A expectativa é que este mercado venha a não se expandir com a rapidez necessária para garantir o pleno emprego dos fatores, e para manter alta a taxa de lucro e de poupança.

Por otro lado se debe tener en cuenta que al modificarse la demanda global - en el sentido de inducir el crecimiento relativo de las inversiones industriales - tiende a elevarse la tasa bruta de ganancias, lo que repercute favorablemente sobre la tasa de ahorro. Pero como la relación incremental P/K tiende a bajar de 2 a 1 en función de la reorientación de las inversiones, será necesario que aumente proporcionalmente la tasa de ahorro a fin de que se mantenga la tasa de crecimiento. Solamente en una etapa de elevación rápida de la tasa de ganancias (trabajo a más de un turno) cabría esperar que la tasa de ahorro crezca en la forma indicada. (p. 24)

O crescimento do setor *P4* da economia gera uma pressão constante na balança de pagamentos no momento em que passa a exigir uma quantidade cada vez maior de importação de bens de capital e insumos industriais não produzidos internamente. A concentração de renda recrudescida leva à intensificação da demanda de bens de consumo duráveis. Com isso torna-se necessária um avanço na etapa de substituição de importações, com vias a internalizar a produção destes bens de capital e consumo duráveis. Este setor (*P5*) exige uma quantidade ainda maior de capital por trabalhador, o que representa uma relação produto/capital ainda menor – ainda mais por Furtado considerar que há uma tendência de que a taxa de lucros dos diferentes setores industriais sejam iguais, pois senão não se explicaria o fato de ambos atraírem investimentos². Este setor só encontraria oportunidades claras de inversões no momento em que seus produtos alcançassem um alto preço, que se daria num

² Não é preciso reforçar a irrealidade desta afirmação, o que, por si só, já compromete o funcionamento do modelo matematizado proposto por Furtado – mas que não invalida o raciocínio por trás desta tentativa “neoclássica” de elaborar um modelo de equilíbrio geral.

estágio avançado do processo industrializante. Com o aumento do preço destes bens a tendência é que haja uma redução significativa na taxa global de lucro e, portanto, na de poupança, o que deixa de compensar a baixa produtividade do capital empregado em *P4*, dentro daquele esquema citado anteriormente.

Esta brusca alza de los precios relativos de los equipos, que caracteriza la segunda etapa de la industrialización sustitutiva, tiene serias repercusiones en el proceso de formación de capital, tanto en el sector manufacturero como en el agrícola. Considerando estable la tasa de salarios y estando ésta determinada por factores exógenos al mercado, podemos esperar que la baja en la relación producto-capital, causada por la elevación de los precios relativos de los equipos, se traduzca en una reducción de la tasa de ganancias. De este modo se excluye la posibilidad de que la tasa de ahorro pueda aumentar para compensar la baja en la productividad de K. (p. 27)

O setor *P5* passa a atrair o grosso dos investimentos, em razão das maiores oportunidades proporcionadas pela geração de um mercado com origens na compressão da renda. Como o setor *P5* exige uma quantidade muito maior de capital por trabalhador empregado, é certo que haverá uma redução significativa no número de trabalhadores trasladados do setor pré-capitalista para este, o que reduz a proporção de salários no produto global, causando efeitos depressivos na demanda de produtos agrícolas, diminuindo a absorção de trabalhadores de *P1* para *P2* e *P3*, o que reforça a queda na relação produto/capital.

Assim sendo, podemos resumir que a heterogeneidade estrutural leva a que ocorra um padrão de crescimento concentrador de renda que modifica o mercado interno, deformando-o, gerando estratos privilegiados de consumo que passam a atrair o grosso das inversões. Estes investimentos, por sua vez, ao privilegiarem o capital em detrimento ao trabalho, tendem a reduzir a relação produto/capital do conjunto da economia no momento em que diminuem o ritmo de absorção de mão-de-obra para setores mais produtivos. Agrava-se o esquema concentrador de renda que limita ainda mais o mercado, diminuindo a capacidade de crescimento da taxa de lucros e poupança necessários para manter a taxa de crescimento. As limitações de mercado por sua vez fazem com que o setor de bens de capital só seja viável no momento em que seus preços atinjam níveis muito altos, o que reforça a tendência à redução da relação produto/capital do setor de bens de consumo.

Com isso gera-se uma tendência a antieconomicidade dos investimentos, ou seja, um esquema aonde a existência de um setor pré-capitalista impede, mal dizendo, que a Lei de Say “realize-se” plenamente.

Linha 5 – História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

En síntesis, todo ocurre si la existencia de un sector precapitalista de carácter semifeudal, en conjunción ,con un sector industrial que absorbe una tecnología caracterizada por un coeficiente de capital rápidamente creciente, diesen origen a un patrón de distribución del ingreso que tiende a orientar la aplicación de los recursos productivos de modo de reducir la eficiencia económica de éstos y a concentrar aún más el ingreso, en un proceso de causalidad circular. En el caso más general, la disminución de la eficiencia económica provoca directamente el estancamiento económico. En casos especiales, la creciente concentración del ingreso y su contrapartida de población subempleada que afluye hacia las zonas urbanas, crean tensiones sociales que per se pueden hacer imposible el proceso de crecimiento. (p. 33)

Desta conclusão deduz-se que uma política de combate à estagnação passaria necessariamente pela implementação de reformas tendentes a eliminação dos fatores estruturais geradores do esquema concentrador de renda. A principal destas seria uma profunda reforma agrária tendente à eliminação do setor pré-capitalista e das relações de subemprego relatadas nos grandes centros urbano. Com isso aliviar-se-ia a pressão inflacionária nos produtos agrícolas, e suscitaria pressões tendentes ao aumento do nível geral de salários e o padrão de vida das massas assalariadas. Isto engendraria uma melhora na dinâmica do mercado, atraindo mais investimentos para os setores voltados a produção para os trabalhadores, que, por sua vez, são mais intensivos em mão-de-obra. Com isso reverter-se-ia a tendência aos investimentos em setores de menor relação produto/capital e aumentaria a incorporação de mão-de-obra em setores econômicos mais produtivos.

Um Perverso “Milagre”

Já no final da década de sessenta o cenário econômico passou a desmentir as previsões mais pessimistas elaboradas em seu princípio. Longe da paragem de estagnação, a economia brasileira passou a marchar em um ritmo extremamente acelerado. Entre 1967 e 1974 o Brasil viveu o período do “milagre econômico”, caminhando em taxas de crescimento acima de 8,0% ao ano. Esta reviravolta cíclica poderia ter seu início simbólico no momento da substituição da dupla Octávio Bulhões e Roberto Campos - e sua política de estabilização contracionista - pelo mandarinato conservador-desenvolvimentista de Delfim Neto. Mas devemos levar em conta que a política de Campos-Bulhões longe de ter sido uma pedra no caminho do projeto desenvolvimentista do governo militar, fora a preparação necessária para este. Durante este período de reformas o Estado brasileiro reedificou vários pilares do arcabouço econômico do processo de industrialização que vigorava. Tratou-se de um período de “modernização autoritária”:

O sentido mais amplo que se pode extrair do impulso original do longo processo iniciado em 64 é o dessa reestruturação do aparelho de intervenção do Estado em todos os seus níveis, do econômico ao político. Começou pelas reformas financeira e fiscal de Bulhões-Campos, passou pela reforma administrativa interna do setor público e complementou-se no novo sistema de inteligência militar, o SNI do general Golbery do Couto Silva (...). (Tavares & Assis, 1985, p. 11)

O período do imediato “pós-golpe”, o “crédito” das elites e a postura autoritária do regime proporcionaram as condições para a implementação de um processo econômico entrópico, onde ocorre uma recessão e destruição capazes de liberar os materiais necessários para mais uma escalada de crescimento³. Neste período o Estado brasileiro irá reformar o sistema financeiro estimulando a poupança com bases não na capitalização, mas sim no endividamento, ou seja, com a compra de títulos públicos e futuros, e não de ações. O Estado irá promover uma profunda reestruturação tributária, com aumento da mesma e uma nova lógica nos gastos; as empresas públicas irão reforçar e consolidar um caráter ainda esboçado na década anterior: uma independência relativa, desvinculando-se diretamente do Estado, adotando formalmente um isolamento frente ao orçamento público que proporcionou condições para que estas se endividassem e incrementassem o gasto público sem que isto redundasse em aumento do déficit público. O Estado também irá procurar a todo custo a complementação do capital externo, até então temeroso de investimentos diretos na região em função do clima de risco que imperava. Por isso o governo voltará suas baterias para a estatização de uma série de empresas concessionárias de serviços públicos assumidas pelo capital externo, desobrigando este da tarefa de expansão da infraestrutura. No conjunto global o Estado irá trabalhar pela reedificação da “imagem” do país frente ao capital internacional, ao mesmo tempo em que estimulava a atração deste capital não mais pelo investimento de risco, mas pelo endividamento externo das empresas nacionais. Com isso contornou-se pouco sadiamente a problemática da insuficiência de investimentos.

Também pelo gasto público, deu-se o pontapé inicial da recuperação da demanda efetiva do conjunto da economia. Esta irá recuperar-se com a (má) distribuição da renda proveniente destes primeiros impulsos: com a estrutura de distribuição de renda deformada, ampliou-se rapidamente os estratos médios da sociedade brasileira, estratos estes dispostos a um alto grau de consumo que alimentou a demanda necessária para a maturação dos empreendimentos levados à cabo ainda no ciclo anterior de industrialização e crescimento (Plano de Metas).

³ Para uma descrição detalhada das reformas e suas consequências, vide Tavares & Assis (*op. cit.*) e Serra (1982).

As quebras de pequenas e médias empresas, e a crescente concentração do capital industrial daí decorrente, não configuraram obstáculos, mas culminaram por exercer uma importante função neste novo esquema de crescimento: empresas maiores e melhor integradas à lógica do conglomerado tiveram maiores condições de atrair empréstimos internacionais e arcar com os adiantamentos necessários para ampliar as escalas de produção e aquecer a demanda.

Escrito sob as vistas de Aníbal Pinto, “**Além da estagnação**” de Maria da Conceição Tavares e José Serra (1972) é tido como uma das melhores interpretações sobre a “perversidade” da dinâmica econômica gerada pelo modelo dependente e associado de industrialização já esboçado pelo primeiro ciclo intensivo de “modernização” imposto pelo Plano de Metas.

Na segunda parte do artigo Maria da Conceição Tavares e José Serra irão empreender a descrição do novo “estilo” de crescimento adotado no período do “milagre”. Aqui eles irão apontar para diversas características que indicam a retomada do vigor econômico dentro de novas bases, que apesar de semelhantes ao processo anterior de substituição de importações, apresentavam alguns aprofundamentos e novas características que demonstravam a inserção da economia brasileira num novo caminho dentro do esquema capitalista internacional de acumulação.

Primeiramente os autores ressaltam as características do ciclo recessivo anterior, concentrando suas razões na insuficiência de demanda efetiva e de financiamento adequado para a ocupação da capacidade já instalada no período de expansão do Plano de Metas.

É indiscutível que a crise econômica pela qual a economia brasileira passou, esteve estreitamente relacionada, a nível estrutural, com o esgotamento do dinamismo da industrialização baseada na substituição de importações. A economia havia esvaziado um “pacote” de investimentos complementares – fundamentalmente em bens de consumo duráveis e de produção – em que havia utilizado as reservas de mercado preexistentes, propiciando uma expansão da renda e uma diversificação do consumo. Passou, então, a necessitar de um conjunto de projetos para novos investimentos que pudesse ser introduzido numa sequência temporal adequada, ou seja, depois de amadurecidos os investimentos do “Plano de Metas” correspondente ao Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). O novo “pacote” de investimentos deveria, neste sentido, cumprir um papel semelhante ao da onda de inovações de Schumpeter, a qual não ocorrendo regularmente no tempo tende a provocar profundas flutuações no desenvolvimento capitalista. (Tavares & Serra, 1982, pp. 167-8)

Perante tal situação os atos tomaram o sentido de reestruturar a demanda e incrementar a capacidade de investimento dos capitalistas instalados. Como a industrialização caminhara no sentido de implementar indústrias de bens de alto valor agregado, direcionando-se desde muito a satisfação de um mercado de alto consumo, a reestruturação da demanda por meio da

redistribuição de renda não poderia se dar pela ampliação da base do consumo, ou seja, das classes mais baixas. Seria necessária a ampliação dos estratos médios, capazes de ampliar o mercado de alto consumo até então composto somente por uma classe capitalista privilegiada, fortemente apartada do restante da população. A redistribuição, portanto, deveria privilegiar estes incipientes estratos médios, ampliando sua dimensão e capacidade de compra.

A “origem” desta renda a ser redistribuída, porém, não poderia advir das classes mais altas, pois também era imperativo solucionar o problema de financiamento do novo ciclo expansivo. Onerar esta alta classe seria o mesmo que reduzir o excedente capaz de transformar-se em investimento. Neste caso, procurar-se-ia comprimir a renda dos estratos menores, deixando-os estagnados, enquanto alguns poucos migrariam rumo aos estratos médios em expansão. A ampliação da capacidade de financiamento se daria também pelo aumento do excedente retirado do trabalho, ou seja, pela intensificação da mais-valia obtida pelos capitalistas.

Deste modo, tudo levaria a crer que as possibilidades de crescimento do sistema estariam limitadas pela falta de recursos para financiar os novos investimentos e de demanda que os tornassem rentáveis, embora se contasse com um significativo potencial produtivo que não estava totalmente aproveitado. Nestas circunstâncias, a solução para o sistema consistia em alterar a composição da demanda – redistribuindo a renda pessoal e seus futuros incrementos “para cima”, a favor das camadas médias e altas – e aumentando a relação excedentes-salários através da compressão, até mesmo absoluta, das remunerações à massa de trabalhadores menos qualificados. (pp. 168-9)

O esquema de financiamento, porém, anteriormente havia se calcado numa estrutura onde a inflação exercia uma função importante ao captar transmitir forçosamente a renda dos trabalhadores em favorecimento do estrato capitalista. Com isso formava-se um arcabouço de “lucros ilusórios” e de valorização dos ativos reais frente a desvalorização da moeda “bem como por uma socialização dos custos de certos insumos básicos e bens de capital (política cambial) e dos custos financeiros (graças ao financiamento vindo do setor público e de outras fontes externas às empresas).” (p. 169). Este esquema fictício trabalhou como um catalisador da crise, pois ocorre um sobredimensionamento dos investimentos e a inflação culmina por sair do controle e perder sua funcionalidade. Com o fim dos lucros ilusórios e a queda drástica da rentabilidade dos investimentos, houve a uma redução significativa dos lucros e da capacidade de investimento futura. Com isso há a exacerbação da crise pela insuficiência de investimentos.

O período do governo Goulart aprofunda ainda mais a crise quando cede às pressões trabalhistas e busca uma redistribuição da renda às classes trabalhadoras – através de uma política de aumento real dos salários – conjuntamente ao combate à inflação. Estas medidas

Linha 5 – História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

em curto prazo comprimiram a demanda dos setores recém-instalados e tornaram o ambiente ainda mais hostil ao investimento.

Com o golpe de 64, há uma primeira fase de reformas e política de estabilização propugnada pela dupla Campos-Bulhões. Num primeiro momento estas assumem caráter francamente depressivo, ao aumentar a carga tributária e comprimir deliberadamente a taxa de salários – principalmente do setor público. Porém estas reformas acabam assumindo um caráter funcional para o ciclo expansivo ocorrido depois. Com a quebra das pequenas empresas (pouco sólidas financeiramente, com baixa capacidade de endividamento) abriu-se espaço para uma reconcentração da atividade industrial, agora formada principalmente por grandes empresas com alta capacidade de endividamento - o que será de suma importância, pois o próximo ciclo de expansão dar-se-á principalmente por meio do endividamento externo em detrimento do investimento direto – o que ocorrerá plenamente após a reforma financeira. A política de compressão salarial contribuiu para a redistribuição funcional da renda em favorecimento aos estratos médios. Já com a reforma tributária e o reordenamento do aparelho estatal, houve a recuperação da capacidade de investimento público e o encampamento das áreas de infraestrutura e serviços públicos diretamente pelo Estado, desobrigando a iniciativa privada desta tarefa.

O capitalismo brasileiro tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (sem que isto significasse o enfraquecimento dos laços de dependência externa, tornando-os, pelo contrário, mais estreitos). Dadas as condições materiais, este novo esquema impunha, ao nível econômico, reajustes pelo lado da estrutura de demanda, maior acumulação de recursos para investimento, definição de projetos rentáveis e complementares à capacidade produtiva preexistente, bem como algumas “correções” da estrutura produtiva através da eliminação de atividades sob a proteção da inflação e que não faziam sentido para o novo esquema de expansão. Esse quadro de soluções só poderia ser viável a partir de uma reordenação da política econômica pública no que diz respeito a financiamento, distribuição da renda, orientação dos gastos e assinação de recursos, exigindo, ainda, uma rearticulação do sistema monetário-financeiro em outras bases. (p. 172)

O que o período recessivo na economia brasileira demonstrou fora, em verdade, uma fase de transição e readequação a um novo estilo de acumulação, adaptando-se e ampliando a solidariedade com o capitalismo internacional. Não se pode, portanto, dizer que a economia encontrou-se estagnada neste tempo. O golpe de 64 deu forças o bastante para que o governo não precisasse compartilhar laços ou alianças com estratos da burguesia nacional, permitindo que o país imergisse ainda mais fundo no esquema capitalista internacional, ampliando sua solidariedade com o mesmo e promovendo uma série de reformas capazes de tornar a economia nacional mais atraente pelo capital externo.

Desta forma a orientação da participação do Estado na economia deu-se num esquema de intersectorialidade e complementaridade orgânica com o capital internacional. Desta forma o capital internacional assumia áreas como a produção de material de transporte, mecânico e elétrico, enquanto o Estado se incumbia de realizar grandes investimentos em programas de transporte terrestres e marítimos, em siderurgia, construção civil, energia elétrica e comunicações. O capital estrangeiro, por exemplo, passou a praticar uma série de serviços financeiros, enquanto o Estado assumiu os serviços públicos⁴.

Assim como Celso Furtado aponta para a “oferta infinitamente elástica de mão-de-obra” e a “heterogeneidade estrutural” como condicionantes fundamentais do estilo de funcionamento do capitalismo latino-americano, os autores também o ressaltam, mas com conclusões diversas das apontadas por Furtado. O rebaixamento do piso salarial em função das baixíssimas remunerações de setores tradicionais causaria a elevação da extração de excedente por parte dos capitalistas, no momento em que as remunerações dos trabalhadores não acompanham os ganhos de produtividade dos setores mais modernos:

No caso do capitalismo latino-americano são as atividades mais modernas e as empresas líderes que estão – num grau maior que em seus congêneres desenvolvidos – numa posição privilegiada para gerar e apropriar-se de uma parcela maior de excedente econômico. Isto não se deve somente à sua produtividade física mais alta, proveniente do uso de técnicas mais avançadas e eficazes, mas também ao fato de poderem manter as remunerações a níveis distantes dessa produtividade real devido, entre outros motivos, à gravitação direta ou indireta do nível bem mais baixo dos salários no conjunto da economia. (p. 179)

Esta “quase-renda” amealhada por este processo torna-se fundamental para alimentar um extenso setor de serviços (onde a iniciativa pública é de fundamental importância) capaz de empregar um grande contingente populacional que não é absorvido pelos setores mais dinâmicos. Com isso há um tipo de transferência de excedente da burguesia e dos altos estratos médios, e “essa transferência apresenta a funcionalidade intrínseca quando permite incorporar ao consumo uma massa da população urbana cuja demanda alimenta, em grande medida, a expansão dos setores tradicionais.” (p. 180)

Desta feita, mesmo com a concentração dos investimentos e da renda criada por estes em setores dinâmicos, há um gatilho capaz de manter a solidez dos estratos tradicionais, impedindo que ocorra o desmonte destes setores, cumprindo a dupla função de reter um grande contingente de mão-de-obra e de proporcionar as expansões necessárias deste setor para cumprir com sua incumbência relacionada à expansão dos setores modernos e dinâmicos

⁴ Conclusões derivadas da tabela presente na pág. 178 do ensaio em questão.

– como, por exemplo, a expansão da fronteira agrícola destinada ao incremento da produção de insumos para a indústria.

Importante ressaltar que este condicionante reforça a acumulação interna das empresas, ainda mais quando acompanhada de uma política deliberada de arrocho salarial por parte do governo, que fez com que o salário real dos trabalhadores descesse a níveis baixíssimos: “O salário real dos trabalhadores baixou tanto que o salário mínimo legal voltou ao nível do salário mínimo concedido no período imediato à pós-guerra.” (p. 182)

Assim como há esta transformação nas bases tradicionais de acumulação, o novo “estilo” de crescimento brasileiro passa a contemplar novas modalidades de acumulação; nas recentes formas de acumulação capitalista reforça-se a geração da forma financeira, que através de um embrionário mercado de capitais e operações extrabancárias, proporcionam um outro êmulo ao endividamento das empresas e facilita a realização de mais-valia, através de um processo de “acumulação de lucros sem relação direta com o processo de geração de excedente real.” (p. 181).

Também na seara do processo de acumulação demonstra-se uma grande solidariedade entre o capital e o Estado. À acumulação primitiva de capital soma-se a acumulação capitalista de setores estratégicos nacionais e estrangeiros. Isto pode ser simbolizado pelas iniciativas como a abertura da rodovia Transamazônica, “realizada com múltiplos propósitos de ocupação de fronteira e exploração de recursos naturais.” (p. 182).

Quanto à penetração e difusão do progresso técnico, as tendências de heterogeneidade continuam. Ao contrário do acreditado, a grande penetração do progresso técnico no conjunto da economia pela implementação das indústrias modernas não suscitou o ímpeto de modernização dos setores tradicionais. Muitos destes puderam expandir-se através de investimentos simples como o avanço da fronteira agrícola; já os setores diretamente ligados à produção para os setores mais modernos viram sua tendência entorpecida pela baixa elasticidade dos preços destes produtos e pela possibilidade de substituição de insumos pouco elaborados por similares industrializados. Neste último caso há a geração de um novo setor moderno, o que faz com que o peso das atividades tradicionais ligadas ao setor moderno recaia no conjunto.

Pensando nesta direção, haveria a possibilidade de destruição de todo este trecho do setor tradicional em detrimento às novas atividades modernas surgidas. Mas a existência deste setor tradicional permite “às mais eficientes receber uma renda diferencial em cada etapa de expansão e proteger sua taxa de lucro em períodos de crise”. (p. 188).

Linha 5 – História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

No caso das hipóteses por nós levantadas serem verdadeiras, é possível concluir que a modernização e a intensificação do capital tendem, efetivamente, a processar-se em cada etapa de expansão, de modo restrito a algumas áreas e subsetores. Com isso, enquanto ampliam-se os estratos modernos, aprofunda-se, necessariamente, a heterogeneidade estrutural. Nos três setores básicos da economia – primário, secundário e terciário – passam a coexistir todos os padrões tecnológicos possíveis; as diferenças intrasetoriais por estratos de produtividade chegam a ser tão importantes ou mais que as clássicas diferenças intersetoriais. (*Ibidem*)

O que é importante ressaltar nestas primeiras conclusões acerca da penetração e difusão do progresso técnico, é que os autores tecem uma rede de considerações que de forma direta relativiza a problemática da *heterogeneidade estrutural*. Por suas assertivas apreende-se que a heterogeneidade não só não representa um problema, como sua tendência é ficar ainda mais exacerbada e, o mais importante, em certos casos ela não só não entorpece o processo econômico como era esperado, como passa a ter um caráter funcional.

Lidando com o tema da incorporação e difusão do progresso técnico, os autores tocam numa temática cara ao arcabouço das teses estagnacionistas: a questão da inadequação da tecnologia utilizada pelos países periféricos. De forma sutil eles tecem uma séria crítica às concepções de “anti-economicidade” dos investimentos. Segundo os autores é natural um duplo processo de inclusão e expulsão de mão-de-obra em razão da propagação do progresso técnico. Por um lado há a destruição de postos de trabalho em razão da extinção de atividades tradicionais e do incremento da relação capital/produto (ou seja, a tomada de empregos pelas máquinas), por outro há a geração de novas oportunidades através do aparecimento de novas atividades econômicas. Na América Latina o saldo fora sabidamente negativo, portanto, a penetração de progresso técnico mais destruiu do que gerou empregos. Na concepção de certos teóricos (estagnacionistas, principalmente) isto se deve a um “excesso de modernização”, sendo que tal argumento baseia-se

... na idéia de que a composição setorial do produto de nossas economias avança no sentido de um padrão “normal” de desenvolvimento, enquanto que a do emprego segue um caminho totalmente desviado. Esta situação seria devida a uma utilização exagerada da tecnologia importada, mais moderna, com maior intensidade de capital e, conseqüentemente, “desajustada” à nossa constelação de fatores. (pp. 190-191)

Tal argumento em verdade desvia o foco do que realmente ocorre. A explicação neste caso não se relaciona com o “excesso” de modernização, mas sim com a forma qual ela assume. Ou seja, deve-se buscar saber o destino dado ao excedente proporcionado por estes ganhos de produtividade. Se, por exemplo, o progresso técnico se dá de modo vertical, ou seja, sem destruir os setores tradicionais, os novos setores passam a usufruir uma intensidade de exploração de mão-de-obra bem maior do que os setores tradicionais, o que causa um

aumento na heterogeneidade. Já se a penetração do progresso técnico torna-se mais extensiva, ou seja, incorporando os setores tradicionais, há um processo crescente de expulsão de mão-de-obra dos setores extintos, jogando grande quantidade destes trabalhadores em atividades residuais; desta feita, apesar do crescimento da base de geração de excedente, há um recrudescimento da heterogeneidade por meio da marginalização social. Resumindo, independentemente dos casos há o recrudescimento da heterogeneidade estrutural e a marginalização social por meio do despejo de mão-de-obra em atividades econômicas arcaicas e pouco produtivas.⁵

Ao longo das próximas linhas, no subcapítulo intitulado “Aspectos da Modernização do Brasil”, os autores irão discorrer ainda sobre a “desmistificação” da problemática da heterogeneidade estrutural. Dizem eles que o processo de concentração de renda permitiu que, mesmo contando com grandes disparidades estruturais, a economia brasileira conseguiu burlar os obstáculos para a realização do grande excedente gerado; e “graças ao seu intenso e acelerado processo de modernização, ampliado por suas dimensões espaciais, alcançar um grau de heterogeneidade sem paralelo na América Latina (...), sem que isso entorpecesse sua dinâmica.” (p. 194).

Mais a frente os autores irão ressaltar que a dinâmica econômica brasileira não resume-se a um movimento constante de concentração de poder econômico e renda, mas sim num amplo processo de concentração-desconcentração-reconcentração destes. Quanto ao poder econômico, era natural que durante a crise dos anos sessenta tivesse ocorrido um amplo movimento de concentração de capitais e constituição de grandes unidades capitalistas; porém o movimento natural da constituição do arranjo de capitais é o de promover ao longo do tempo o aparecimento de novas redes de pequenas e médias empresas voltadas ou a prestar serviços às grandes empresas, ou a satisfazer a demanda de produtos altamente elaborados e/ou artesanais - ou seja, empresas direcionadas a um mercado de alto e diferenciado consumo. Neste caso o capitalismo brasileiro estaria migrando rumo à estrutura capitalista de conglomerados: uma estrutura própria de novas formas de acumulação capitalista, que transpõe o modelo calcado nas grandes empresas monopolísticas.

O sentido fundamental do conglomerado é, na realidade, controlar o excedente e o mercado, e só leva à integração produtiva e ao controle de todo o processo de produção - de

⁵ A fragilidade deste argumento se deve ao fato de ignorar a dimensão dinâmica proporcionada pelo crescimento econômico provido através dos ganhos de produtividade do setor tradicional em tese modernizado. Tanto o crescimento vegetativo destes setores, quanto a deflagração do potencial de crescimento dos empreendimentos “alimentados” por estes setores tradicionais, poderiam muito bem absorver a mão-de-obra liberada a princípio. Porém irei me furtar a tecer comentários mais sólidos. A prolixidade dos termos e o mau encaixe das categorias levantadas já demonstram que o trabalho de refutação deste pilar *estagnacionista* foi, no mínimo, insuficiente.

inovação ou adaptação tecnológica - quando isto é fundamental para alcançar aquele objetivo. Em outras palavras: a finalidade do conglomerado não consiste em concentrar a produção, regular a absorção de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva mediante o aproveitamento das economias de escala e de encadeamento ou complementação. Seu objetivo reside em captar o excedente de várias empresas ou setores e dar-lhes novas e diversificadas formas de aplicação que minimizem os riscos e mantenham a acumulação rentável do capital. Trata-se, pois, de expandir o mercado e de obter uma crescente massa de excedente, de uma forma muito mais flexível que a superacumulação em moléculas produtivas gigantes. (pp. 196-7)

Da mesma forma o movimento da renda não poderia ser num contínuo concentrador; há um momento em que é necessário um processo de desconcentração de renda para que o capital não encare uma grave crise de realização em função da heterogeneidade produtiva. No caso brasileiro a economia soube aproveitar o setor de alto consumo constituído pelas classes mais altas durante o desenrolar das substituições de importações; porém em um momento a escala deste mercado torna-se insuficiente para que possa dar continuidade ao processo de industrialização. Neste caso torna-se necessária uma desconcentração de renda em função de setores médios capazes de engrossar as fileiras do mercado de alto consumo. E esta distribuição de renda se dá, como já aludido, por um movimento de compressão da renda, ou seja, pelo crescimento da renda dos estratos médios em detrimento das classes mais baixas.

Ao final do texto, em razão de todas as conclusões extraídas, os autores pintam um cenário onde a economia brasileira coloca-se em um cenário de constantes crises de realização de excedente. Os gargalos estruturais impedem que os investimentos façam girar a roda do consumo de maneira natural; a heterogeneidade estrutural, por exemplo, faz com que os setores mais modernos tenham baixa capacidade de geração de sua própria demanda, pois os salários e o nível de ocupação de mão-de-obra estão em descompasso com sua alta produtividade. Desta feita, apesar das crises de realização ser uma constante em todo o capitalismo, nos sistemas subdesenvolvidos dependentes ela assume contornos mais dramáticos.

As economias latino-americanas e especialmente a brasileira “queimaram”, historicamente, de modo cada vez mais rápido as etapas de expansão, induzidas pelo comportamento de seus setores dinâmicos, integrados de forma dependente ao esquema de divisão internacional do trabalho. Isto é consequência, dadas as condições de maior ou menor geração de bases internas de auto sustentação do processo de expansão, do fato de que nossas economias, ao serem incapazes de gerar e controlar endogenamente suas formas de incorporação do progresso técnico, passam a ter possibilidades muito limitadas de integrar-se no mercado internacional. Isto conjugado com a impossibilidade de geração interna da modernização, encurta os períodos em que se torna necessário reorientar – e cada vez mais intensamente – o excedente intercambiável. A reorientação, às vezes drástica, da atividade econômica só seria possível mediante alterações

periódicas e intensas no esquema de concentração da renda e do produto, de maneira a ajustar-se aos novos esquemas de assinação de recursos. Tal situação implica que cada vez que se entre numa nova etapa de desenvolvimento capitalista necessite-se de uma reorganização dos mecanismos de poder – desde os instrumentos de controle estatal e novas formas de solidariedade com os agentes do capitalismo internacional até o plano das alianças de classe.

Tudo que foi dito anteriormente pode levar a pensar que, juntamente com as tendências às crises periódicas de realização, manifestem-se, cada vez com maior frequência, crises sociais e políticas, sobretudo quando não se tratam de simples flutuações de atividade econômica mas de alterações importantes no padrão de desenvolvimento capitalista. (pp. 205-6)

Conclusão

Entre o pragmatismo e o cinismo

Profunda recessão, deturpação do processo de desenvolvimento, sobrevivência de entraves estruturais econômicos e sociais, aborto ou infanticídio dos projetos de transformação social e econômica, marginalização, urbanização desenfreada gerando condições sociais ainda mais precárias que as presentes nos arcaicos povoamentos rurais, crise política, golpes de estado, retorno consagrado da hegemonia ortodoxa na condução das políticas econômicas. O cenário vislumbrado a princípio da década de 60 certamente, se não justificaria, ao menos explicaria, o profundo pessimismo daqueles que apostaram na industrialização e no desenvolvimento.

Celso Furtado não fora o único a tingir suas páginas com análises de cunho *estagnacionista*. Raúl Prebisch irá elaborar uma teoria de “insuficiência dinâmica”,⁶ que apesar de diferir em aspectos consideráveis da elaboração furtadiana, comunga com muitos de seus pressupostos. O pessimismo (e o equívoco de prognóstico) pode ser lido também em Paul Singer:

A queda dos salários reais, provocada pelo não-reajustamento dos salários nominais enquanto o próprio governo força a elevação dos preços, prenuncia forte queda da procura da maioria dos consumidores, constituída por assalariados, à qual se soma a redução dos investimentos. É óbvio que a atividade econômica terá que sofrer o impacto. A depressão está sendo provocada na economia brasileira com tanta consistência e persistência, que é como se o governo a instaurasse por decreto. A fase de descenso do ciclo já começou.

A depressão, em cujo início nós entramos, terá forma diversa da do ciclo clássico. É que o processo não está sendo desencadeado por um mecanismo coletivo, como o mercado, mas é comandado conscientemente pelos que puxam as alavancas da política econômica. Por isso, o seu início não é uma crise fulminante, com falências ruidosas e desemprego em massa, mas é uma recessão que lentamente se agrava. É o que poderíamos chamar de “depressão rastejante” ou “crise controlada”.

(...)

A depressão rastejante vai devagar, mais vai. Supondo que a presente política continue, é de se prever que o Brasil entrará em estagnação durante vários anos. Em lugar do desenvolvimento haverá decréscimo na atividade produtiva. Em lugar da integração das massas rurais na economia

industrial, haverá desemprego. Em lugar da multiplicação de empreendimentos, muitas firmas pequenas e médias fecharão, cedendo a sua posição no mercado às grandes, a maioria das quais estrangeiras. (Singer, 1969, pp. 108-9)

A grande aceleração do crescimento econômico brasileiro veio de encontro às previsões e análises em voga pelos primeiros anos da década de 60. Certas vertentes desenvolvimentistas e heterodoxas deparam-se com uma situação qual não estavam preparados: regimes conservadores, alta concentração de renda, padrões irreais de consumo das elites e, conseqüentemente, baixa poupança; fatores que não haviam impedido a economia brasileira de reencontrar um ciclo de intenso crescimento. Perante esta situação as teorias *estagnacionistas* caíram em profundo descrédito, e uma nova linha de interpretação entrou em destaque. Passou-se a interpretar o “modelo” de crescimento das economias latino-americanas: um modelo perverso, pois extremamente excludente, mas ao mesmo tempo muito eficiente. Um modelo onde pontos que eram apontados como vícios assumiram um caráter funcional frente ao desejado (crescimento desenfreado).⁷

Sendo corretas essas premissas, dizia Antonio Castro que para superar a crise, o país teria que realizar um processo de concentração e não de distribuição de renda. (...). Todos os aumentos de renda deveriam dirigir-se para os grupos intermediários e de altas rendas. Antonio Castro fazia estas constatações com desagrado, admitindo que socialmente a solução não lhe parecia recomendável. Mas do ponto de vista estritamente econômico, a solução seria concentrar a renda nos grupos intermediários e de altas rendas, na medida em que apenas estes grupos teriam possibilidades de manter em nível alto a demanda dos bens sofisticados, produzidos pelas indústrias dinâmicas do país. (Bresser Pereira, 1972, pp. 214-5)

O diagnóstico de Barros de Castro se assemelha às conclusões de Maria da Conceição Tavares e José Serra. Nele, conjuntamente a uma crítica direta à teoria *estagnacionista* de Celso Furtado, os autores irão delimitaram características do “modelo brasileiro” de desenvolvimento – desigual, dependente, associado e submetido ao grande capital internacional - apontando a funcionalidade de características estruturais até então apontadas como barreiras ao desenvolvimento.

Esta vertente não se furta a **apenas** apontar que os vícios do modelo de crescimento não seriam **obstáculos** - posição assumida por Albert Fishlow, por exemplo, em seu artigo “**Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964**” (1974).⁸ O diagnóstico de Barros de Castro relatado por Bresser Pereira é um exemplo de como estes

⁷ De modo análogo ao exame da corrente do “*modelo brasileiro*”, porém lidando de maneira distinta com determinados pontos, podemos indicar o importante “Crítica da Razão Dualista” de Francisco de Oliveira, outra crítica fecunda do modelo “cepalino” de interpretação.

⁸ “Mas a desigualdade não bloqueia o crescimento em conseqüência de inevitáveis contradições internas, assim como o crescimento não requer a desigualdade para se manter.” (Fishlow, *op. cit.*, p. 41)

vícios passaram a ser interpretados como “virtudes”. Não queda incorreto, a princípio, concluir que desta forma os autores chegam a transpor a barreira de simplesmente compreender a situação para aceitá-la e, mesmo que amargamente, compreendê-la como único caminho.⁹

Diante do fracasso de suas previsões e da pujança das novas idéias em voga, Celso Furtado irá enveredar por esta senda interpretativa, e em pleno auge do “milagre” irá publicar “**Análise do ‘Modelo’ Brasileiro**” (1972). Fundamentando-se em sua tradicional base teórica o autor agregará itens caros à nova vertente, realizará um “mea culpa”, e ao mesmo tempo robustecerá a “corrente do modelo”. Descreve um cenário onde certas escolhas levaram o Brasil a um “modelo” de crescimento onde se notabiliza a intensificação da compressão da renda e sua funcionalidade. Injusto e eficiente. Cabe notar que mesmo com a admissão da eficiência econômica dos mecanismos do “modelo brasileiro”, Furtado ainda resume sua adoção ao horizonte das “opções de desenvolvimento” (sua vigência não queda “inexorável”):

Parecia evidente que o sistema de acumulação, ao engendrar uma extrema concentração de riqueza e reduzira criação de emprego – em um país de nível de salário básico extremamente baixo – se havia incapacitado para gerar o fluxo de demanda requerido para seu normal funcionamento. Tratava-se, portanto, de um desequilíbrio estrutural, cuja solução poderia ser buscada em uma das três direções principais seguintes:

- a) uma política global de redistribuição da riqueza e da renda, visando a realocar progressivamente os recursos produtivos para obter uma constelação de bens finais e criar uma massa de emprego em função de certo projeto social; esta opção constituiria, evidentemente, uma modificação de fundo com respeito à política que prevalece tradicionalmente no país e não cabe discuti-la fora de um contexto mais amplo de modificações importantes no sistema de poder;
- b) uma política de renda visando a elevar relativamente os salários superiores; (...)
- c) uma dinamização da demanda de bens duráveis de consumo, mediante uma política de concentração da riqueza em benefício da classe média alta, ou seja, mediante a criação de um importante setor de semi-rentistas.

A solução encontrada consistiu numa combinação das opções *b* e *c*, com ênfase especial na segunda. (Furtado, 1972, pp. 48-9)

O choque do “milagre econômico” fez com que parte da intelectualidade heterodoxa - a cepalina, principalmente - não apenas o explicasse como também o aceitasse. Chega mesmo a “defendê-lo” - mesmo que esta não tivesse sido esta sua intenção. Este impacto causou um

⁹ “Uma das formas de viabilização destas indústrias seria a incorporação, ao mercado de bens de consumo duráveis, dos segmentos sociais que não tinham acesso a ele em função de um nível de renda insuficiente para demandar tais bens. Esta via, entretanto, segundo Tavares (1972), era economicamente incompatível com o modelo concentrador de desenvolvimento, pois a redistribuição funcional da renda, necessária para ampliar o mercado, se efetuada no momento em que as indústrias enfrentam problemas de realização, não permitiria manter a taxa de lucro em níveis compatíveis com o retorno exigido pelo capital.” (Silva Dias & Aguirre, 1992, p. 81)

deslizamento de terras que soterrou as teorias *estagnacionistas*, relegando-as ao “limbo”. O fato é que, após 1974, o cenário passa a mudar rapidamente e as mais de duas décadas de estagnação subsequentes indicam poder ter ocorrido certa precipitação.

Podemos dizer que (resguardado o direito a certa “licença poética”) se a ressaca pós-Plano de Metas gerou o *estagnacionismo*, foi a embriaguez do “milagre” que pariu o “cinismo” do “*Modelo*” brasileiro.

Porém o mais importante a se ressaltar nos contrastes existentes entre as duas posturas é a idéia subjacente acerca do concurso, ou o conflito, existentes entre o que poderíamos chamar de “interesses sociais” e os “interesses do capital”. A teoria *estagnacionista* de Celso Furtado emana de um arcabouço teórico que vislumbra a convergência virtuosa entre os interesses de reprodução do capital e o crescimento das massas salariais e das condições globais de consumo da estrutura econômica. Tal premissa pode ser abstraída da teoria do desenvolvimento elaborada pelo autor que está presente em praticamente toda sua obra teórica anterior à década de 70. Citemos, portanto, um trecho do clássico “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” que ilustra a tese:

A experiência histórica ao demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo se faz com salários reais crescentes, e sem sensível modificação na distribuição do produto líquido entre assalariados e capitalistas, veio demonstrar que Marx de nenhuma maneira teve razão ao pretender fundamentar sua tese filosófica na Análise Econômica.

(...)

O desenvolvimento capitalista se vem fazendo com repetidas crises e grande desperdício de recursos de todas as ordens. Mas não houve nem tendência persistente à pauperização das massas, nem à baixa da taxa média de lucro. (pp. 58-9)

A contradição entre o desenvolvimento capitalista brasileiro e a não melhora – ou mesmo deterioração – da estrutura de distribuição de renda e das condições sociais das massas, o divórcio apresentado entre os “interesses do capital” dos “interesses sociais”, conflui para a elaboração de um prognóstico *estagnacionista* naturalmente, por simples afiliação e respeito à lógica dos mecanismos do modelo teórico subtendido.

Pressuposto teórico não compartilhado pela outra vertente estudada neste texto. Apesar de não ser legítimo extrair o conceito de contradição intrínseca e inelutável entre os interesses da classe capitalista e da classe trabalhadora (com a qual o marxismo mais ortodoxo fora tentado) pela leitura imediata do trabalho de Tavares e Serra, podemos sim lidar com esta hipótese, em contraponto à abertura do rol de possibilidades proposto por Furtado posteriormente.

BIBLIOGRAFIA

- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: entre 1930-1967*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *Capitalismo Tardio*. Campinas, IE/UNICAMP, 1998.
- FISHLOW, Albert. “*Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964*”. Estudos CEBRAP, nº7, janeiro-março - 1974.
- FURTADO, Celso. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- _____. “*Desarrollo y estancamiento en América Latina (Enfoque Estructuralista)*”, in *Desarrollo Económico*, vol. VI, nº 22-23, 1966.
- _____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- PERINISSOTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1994.
- PREBISCH, Raúl. “*Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano.*” in *BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro, Record, Vol. 1, 2000, pp. 451-488.
- SILVA DIAS, Guilherme Leite & AGUIRRE, Basília Maria B. *Crise político-econômica: as raízes do impasse*. Estudos Avançados, 6 (14), 1992.

Linha 5 – História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia

SINGER, Paul. “*Ciclos de conjuntura em economias subdesenvolvidas*”, in *Idem, Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968, pp.138-158.

TAVAREZ, Maria da Conceição & ASSIS, José Carlos. *O Grande Salto Para o Caos*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1985.

_____ & SERRA, José. “*Além da estagnação*” in Tavares, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, pp.155-207.